

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA Nº04/2019**

**---ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor António Augusto Ribeiro, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário a Senhora Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 23 de abril, conforme anúncio público e afixado por Edital, a dezoito de setembro de dois mil e dezanove, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

Período antes da Ordem de trabalhos:-----  
Emissão de votos, recomendações ou moções de interesse municipal relevante e urgente, intervenções do executivo municipal, para respostas e esclarecimentos. -----

----- **PONTO Nº 1** – Período da Ordem do Dia: -----  
Expediente, informações e aprovação da ata. Intervenções de interesse local e declarações políticas, nos termos do artigo 33º do Regimento da

Assembleia Municipal; -----  
----- PONTA Nº 2 – Apreciação da informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do nº. 2 do art.º. 25º., da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro; -----  
----- PONTA Nº 3 – Apreciação e votação da declaração de Interesse para as Populações e para a economia local de 3 candidaturas ao programa renovação de Aldeias, nos termos da alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----  
----- PONTA Nº 4 - Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2019/2028 de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea t), do nº1, do artigo 35º, e do artigo 56º, do Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no nº2, do artigo 10º, do Decreto Lei nº124/2006, de 28 de junho; -----  
----- PONTA Nº 5 – Apreciação e votação da não aceitação de transferências de competências previstas no Decreto Lei 116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas; -----  
----- PONTA Nº 6 – Apreciação e votação da declaração de utilidade pública para a constituição de servidões administrativas necessárias à execução do projeto “Rotas e Percursos do Médio Tejo”, nos termos da alínea j), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; ---  
----- PONTA Nº 7 – Apreciação e votação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nº5, do artigo 112, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----  
----- PONTA Nº 8 – Apreciação e votação da majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados (nº8, do artigo 112º, do Código do IMI) devolutos e em ruínas (nº3, do artigo 112º, do Código do IMI);-----  
----- PONTA Nº 9 - Apreciação e votação da proposta de redução de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas,

de acordo com a nova redação do nº13, do artigo 112º, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----

----- *PONTO Nº 10* - Apreciação e votação da fixação da participação no IRS para o ano de 2019, nos termos do nº1, do artigo 26º, da Lei nº73/2013 de 3 de setembro; -----

----- *PONTO Nº 11* – Apreciação e votação da fixação da derrama para o ano de 2020, nos termos do nº1, do artigo 18º, da Lei nº73/2013, de 3 de setembro; -----

----- *PONTO Nº 12* – Apreciação e votação do lançamento de 1,5 % sobre o lucro tributável de sujeitos passivos que não têm a sua sede social no concelho de Vila Nova da Barquinha, nos termos do nº1, do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro; -----

----- *PONTO Nº 13* – Apreciação e votação da operação de reabilitação urbana das ARU de Moita do Norte, Atalaia e Praia do Ribatejo – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, nos termos do nº1, do artigo 17º do Decreto-lei 307/2009, de 23 de outubro; -----

----- *PONTO Nº 14* – Apreciação e votação da Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha, nos termos do nº1, do artigo 90º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----

----- *PONTO nº 15* – Apreciação e votação da estrutura orgânica flexível dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos alínea m), do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro; -----

----- *PONTO Nº 16* – Apreciação e votação do regulamento para cargos de direção intermédia de 3º grau no Município de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- *PONTO Nº 17* – Votação da proposta de realização de um debate público sobre o tema "O Ambiente, as alterações climáticas e a situação

atual do rio Tejo e seus afluentes", organizado pela comissão permanente de Urbanismo, Ambiente, Trânsito e Comunicações com elaboração da proposta de deliberação, nos termos do artigo 67º e 68º do Regimento da Assembleia. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais, Senhores: -----

António Augusto Ribeiro (PS); -----

João Manuel Alves Gralha (PS); -----

Paulo Fernando da Graça Constantino (PS); -----

José Maria Chambel Esteves (PS); -----

José Pereira de Sousa (PS); -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos (PS); -----

Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins (PS); -----

Carla Cristina Montalvo Pequito Cardoso (PS); -----

Ana Cristina de Sousa Rodrigues Pimenta (PS); -----

Vitorino Gomes Monteiro (PS); -----

João Fernando Mexia Machado (PS); -----

Manuel Maria Ferreira Honório (PS); -----

José Miguel Baptista Homem (PS); -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis (PS); -----

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes (PPD/PSD-CDS/PP); -----

Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira (PPD/PSD-CDS/PP); -----

João Paulo Flores da Conceição (PPD/PSD-CDS/PP); -----

João Filipe Ricardo (CDU/PCP-PEV); -----

Paula Alexandra Vieira Duarte (CDU/PCP-PEV); -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores vereadores, Rui Constantino Martins, Marina Lopes Honório, Manuel José Coimbra Mourato e Cláudia Virgínia Viegas Fernandes Evangelho

Soares Ferreira. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão, cumprimentando os elementos da mesa, os deputados da Assembleia Municipal, o executivo na pessoa do Senhor Presidente do Município, o público e a comunicação social, agradecendo a presença de todos. -----

**No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o Senhor João Paulo da Conceição, substitui o Senhor Deputado Municipal José António Proença Salvado, ausente por motivos de natureza pessoal e informação prévia de falta. -----**

**-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DE DIA -----**

**ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----**

**Nesta altura, o Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não houve inscrições. -----**

- Voto de pesar apresentado pelo grupo político do PS pelo falecimento do Senhor Engenheiro José Eduardo Ramos Paulo, antigo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha eleito, que exerceu o cargo no período de 03 de janeiro de 1994 a 05 de janeiro de 1998. **(vide anexo 1).**-----

**Posto à votação foi aprovado o voto de pesar, por unanimidade. --- Seguidamente a Assembleia guardou um minuto de silêncio em memória do Senhor Engenheiro José Eduardo Ramos Paulo. -----**

**-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

**Posta à votação a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor. -----**

**-----MOÇÕES, INTERVENÇÕES -----**

**Moção apresentada pelo partido Coligação CDU/PCP-PEV, sobre o tema “Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações**

**climáticas”. (anexo 2) -----**

**Posta à votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade pelos presentes. -----**

**Não houve inscrições por parte dos Senhores Deputados para discussão da Moção. -----**

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da Coligação CDU/PCP-PEV. -----**

Em relação à notícia publicitada pelo Jornal “O Mirante”, acerca do concurso externo de ingresso de um técnico superior de Engenharia Civil nos quadros do município, e toda a informação envolvendo um dos candidatos, o atual Chefe de Gabinete, a Câmara deveria tomar uma posição, assim como prestar declarações sobre este assunto. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes da Coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----**

- Questionou sobre o ponto de situação do posto de carregamento de veículos elétricos uma vez que tem conhecimento que outros postos iguais, estão a funcionar. -----

- Perguntou a que se deve trânsito condicionado na estrada da Peralva. -

- Saudou o Município pela colocação de mais ecopontos, mas sugeriu a alteração de sítio dos ecopontos junto à farmácia da Barquinha, uma vez que tira a visibilidade dos condutores e em termos de estética não é o mais indicado, aquele local. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira da Coligação PPD/PSD-CDS/PP. -----**

- Questionou se a situação dos serviços de saúde na freguesia da Praia do Ribatejo ficou resolvida este verão, uma vez que o Senhor Presidente da Junta não mencionou o assunto. -----

- Questionou ainda se a EDP já deu resposta sobre a colocação de luminárias em alguns troços das estradas do concelho, nomeadamente na Rua D. Afonso Henriques. A questão prende-se com a pouca

luminosidade que existe após a troca das luminárias. -----

- Solicitou esclarecimento sobre o concurso externo de ingresso de um técnico superior de Engenharia Civil nos quadros do município, notícia tão falada quer nos jornais regionais, quer nacionais. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da Coligação CDU/PCP-PEV.** -----

Deixou uma pequena anotação ao fato dos placards da CDU, serem retirados ou até mesmo desviados e colocados noutros locais, como foi o caso do placard junto ao Centro Cultural, que foi retirado e colocado publicidade relativa a um construtor. Um placard da CDU foi posteriormente encontrado numa casa devoluta no largo 1º Dezembro. -

-Solicitou esclarecimentos sobre o desenvolvimento do projeto Biopark. -

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

**= Concurso Externo de ingresso para técnico superior Engenheiro Civil**

– Em relação a este assunto, o senhor Presidente mencionou que o jornalista deveria conhecer o código deontológico e mencionou o artigo número um «*O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os fatos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.*» Quanto a isto, a Câmara nunca foi ouvida no processo. Mais informou que a Câmara não faz publicações neste jornal desde 08/05/2014, pelo valor que cobram. Os outros jornais, com grande dignidade, estiveram presentes na reunião de Câmara e foram esclarecidos e expuseram os factos como são de facto e de direito. Explicou que os concursos públicos têm um júri, órgão independente e que o presidente só homologa. -----

**= Posto de abastecimento carros elétricos** – Informou que o posto não está certificado e que a Câmara suportou durante dois meses o pagamento da luz. -----

=**Trânsito condicionado na Peralva** – Informou que o condicionamento deve-se à colocação de saneamento básico a norte da Peralva, tendo o mesmo sido colocado na estrada Municipal. -----

= **Colocação de Ecopontos** – Em relação à sugestão do Senhor Deputado Nuno Gomes informou que vão analisar para melhorar a situação. -----

= **Saúde** – Referiu que não foi chamado a nenhuma reunião da Unidade Saúde Familiar, que tudo correu na normalidade. -----

= **Iluminação Pública** – A iluminação pública de leds, é uma questão que tem a ver com as alterações climáticas, mas a Câmara irá ter isso em consideração e irá reforçar junto da EDP a resolução da iluminação reduzida. -----

= **Publicidade Eleitoral** – Referiu que não sabe quem a possa ter retirado.

= **BioPark** – Estamos a aguardar o estudo de impacto ambiental. -----

**Foi dada novamente a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte:** -----

= **Intervenção dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da Coligação da CDU/PCP-PEV.** -----

Os senhores deputados referiram em relação ao concurso externo, que a Câmara deveria agir, pois estarem a acusar o Senhor Presidente, estão a acusar o Município. O Senhor Presidente sendo advogado deveria ir mais longe no processo em causa. -----

**Intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Praia do Ribatejo.** -----

Informou que em relação ao Centro de Saúde o serviço foi assegurado pela Junta de Freguesia e pelo Município por um período de um mês e treze dias, em vez de 4 meses como no ano anterior, sendo só o período de férias e saída de um médico. -----

**Intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia.**

Em relação ao Centro de Saúde da Atalaia referiu que atualmente não está a funcionar. O Dr. Branco não fez reunião como deveria ter feito, e estamos no mês de Setembro e ainda não foi aberto. -----

Há médicos e enfermeiros suficientes para a sua abertura e para que funcione três dias por semana, o problema é que os enfermeiros não querem deslocar-se. -----

Relativamente à notícia do jornal salientou a falta de honestidade do jornalista. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira da Coligação PPD/PSD-CDS/PP.** -----

Questionou se o Diretor do jornal não deveria ser responsabilizado. Gostaria de saber qual a razão pelo qual o concurso foi anulado, se estava tudo legal. -----

Em relação às luminárias referiu que há dois tipos diferentes, pois entre a estação e o restaurante Soltejo a iluminação é boa. -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu os Senhores Deputados do seguinte:** -----

Mencionou que não vai dar credibilidade ao jornal e que sim a responsabilidade é do Diretor. Em relação à anulação do concurso fará chegar aos Grupos Políticos o parecer, bem como a resposta ao jornal. --

**----- EXPEDIENTE / INFORMAÇÕES -----**

**Foi dado conhecimento do expediente considerado mais relevante, ficando o mesmo disponível para consulta na mesa da Assembleia durante a sessão e no serviço administrativo de apoio à Assembleia Municipal, todo o expediente (vide anexo 3).** -----

**Do expediente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal salientou os seguintes documentos:** -----

Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia apresentou a proposta de funcionamento de Votos de Pesar e Declarações da qual será entregue

aos líderes de cada bancada, para darem sugestões / alterações e a ser discutida em próxima sessão da Assembleia Municipal. **(anexo 4)** -----

**Informou que a Assembleia Municipal esteve representada nos seguintes eventos:** -----

- Ato formal da escritura de constituição da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, EIM, S.A., no dia 1 de julho;
- Dia do Regimento de Engenharia nº1 no dia 12 de julho; -----
- Conselho Municipal de Educação no dia 6 de setembro; -----
- 92º aniversário da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo no dia 9 de setembro; -----
- Dia do Comando das Forças Terrestres e do Aniversário da Brigada de Reação Rápida no dia 17 de setembro; -----
- Concerto Orquestra Ligeira do Exército, Praça da República no dia 23 de setembro; -----

**---APROVAÇÃO DA ATA** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação a ata número três, da sessão realizada a vinte e oito de junho de dois mil e dezanove, que foi previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

**Submetida à votação o projeto de ata, foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados João Paulo Flores da Conceição da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da Coligação CDU/PCP-PEV e 16 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira e Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP e Maria de Fátima Martins, Carla Cardoso, Ana Cristina Pimenta, João Gralha, José Pereira de Sousa, Paulo Constantino, Vitorino Monteiro, José Chambel Esteves, César Cardigos, João Machado, Manuel Honório, Miguel Homem, Benjamim Reis e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

-----//-----

**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (vide anexo 5).** -----

**Foi dada a palavra aos Senhores Deputados pelo presidente da Assembleia Municipal que expuseram o seguinte:** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes, do PPD-PSD/CDS-PP,** que solicitou esclarecimento do processo judicial número 18, Agropecuária Valinho. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, do PPD-PSD/CDS-PP,** que solicitou esclarecimento sobre o projeto de ciclovias e que decisão superior se refere. Referiu também que o orçamento da receita executada está nos 44% e as despesas estão abaixo das receitas, em 42%. -----

**Dada a palavra ao Senhor presidente da Câmara Municipal, os Senhores Deputados, obtiveram como resposta do Senhor Presidente o seguinte:** -----

Em relação ao Processo Judicial número 18, informou que o Plano de Despovoamento vai ser cumprido. Quanto às Ciclovias está a aguardar despacho do Presidente da Câmara. É um processo que pode encaixar-se com projetos dos concelhos confinantes. -----

**Ponto três – Apreciação e votação da declaração de Interesse para as Populações e para a economia local de três candidaturas ao programa renovação de Aldeias, nos termos da alínea j), do n.º1, do artigo 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Relativamente a este ponto e conforme deliberação, por unanimidade, da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2016, caso haja candidaturas de pessoas coletivas ou particulares cujos pedidos de interesse municipal entrem nos serviços entre a sessão ordinária de

dezembro e de fevereiro, (cfr. Art.º 27.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro de 2013), e que reúnam os pressupostos previstos na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio de 2016 e Portaria n.º 249/2016 de 15 de setembro de 2016, seja autorizado o Executivo a praticar ato de qualificação de interesse municipal, (alínea r. do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013), sem prejuízo da posterior ratificação da Assembleia Municipal, na primeira reunião a realizar após a sua prática. Assim, solicita-se o reconhecimento do Interesse para as populações e/ou para a economia local de projetos a candidatar ao PDR2020 - Aviso n.º 3 / ADIRN / 10.2.1.6 / 2019 - Renovação de Aldeias: ACOLHER - Centro Pastoral de Nossa Senhora dos Remédios (Fábrica da Igreja Moita do Norte), Valorização Igreja Matriz de Tancos (Junta de Freguesia de Tancos) e Mercado da Cultura (Município de Vila Nova da Barquinha). -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à declaração de Interesse para as Populações e para a economia local de três candidaturas ao programa renovação de Aldeias, esta foi aprovada por unanimidade, ratificar com 19 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e 14 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

***Ponto quatro – Apreciação e votação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2019/2028 de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea t), do n.º1, do artigo 35º, e do artigo 56º, do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro,***

*na sua atual redação, em conjugação com o disposto no n.º2, do artigo 10.º, do Decreto-lei n.º124/2006, de 28 de junho. -----*

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Município de Vila Nova da Barquinha, elaborado de acordo com a estrutura tipo enunciada no guia técnico disponibilizado pelo (ICNF, I.P.) foi, em tempo, objeto de parecer prévio favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) na sua reunião de 6 de maio de 2019. Enviado ao ICNF, foi comunicado que o PMDFCI de Vila Nova da Barquinha, foi analisado tendo sido emitido parecer vinculativo positivo, por despacho do Conselho Diretivo do ICNF, I.P. em 4 de setembro de 2019. O PMDFCI encontra-se tecnicamente aprovado, e prosseguiu a fase de consulta pública. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2019/2028, esta foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes com 18 votos a favor da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Flores do PPD/PSD-CDS/PP e dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto cinco – *Apreciação e votação da não aceitação de transferências de competências previstas no Decreto Lei 116/2019 de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas. -----***

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

Conforme deliberações anteriores da não aceitação de transferência de competências e embora o Município não tenha áreas protegidas, a proposta mantém-se da não aceitação. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal da não aceitação de transferências de competências, esta foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes com 18 votos a favor da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

***Ponto seis - Apreciação e votação da declaração de utilidade pública para a constituição de servidões administrativas necessárias à execução do projeto "Rotas e Percursos do Médio Tejo", nos termos da alínea j), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; -----***

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

O projeto "Rotas e Percursos do Médio Tejo", cria um percurso pedonal e ciclável que ligará o Parque Ribeirinho ao Centro Náutico de Constância. Por forma a assegurar a implementação do projeto, procedeu a Autarquia à abertura de procedimento pré-contratual de consulta prévia que tem por objeto a empreitada de execução dos passadiços necessários à sua implementação, o qual se encontra a esta data em fase de adjudicação. A referida empreitada tem financiamento comunitário aprovado pela Candidatura CENTRO-14-2016-05 -Património Natural. Considerando o

estado atual da tramitação do procedimento pré-contratual referido, e bem assim, os prazos referentes ao financiamento comunitário, toma-se urgente que a Autarquia se veja legitimamente apossada dos prédios a intervir por expropriação. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP.** -----

Questionou se houve reuniões, para negociação com os proprietários, uma vez que há uma série de expropriações. -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Questionou se houve ou não negociação com os proprietários. -----

**Obtiveram como resposta do Senhor Presidente:** que houve uma reunião, onde foram convocados todos os proprietários. Muitos foram os que não deram resposta, daí ter-se partido para as expropriações. Foram elaboradas por peritos do Tribunal de Évora. Os proprietários foram notificados do valor a ser atribuído, caso não aceitem então terá que ir para contencioso. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal da declaração de utilidade pública para a constituição de servidões administrativas, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto sete - Apreciação e votação das taxas do Imposto Municipal**

**sobre Imóveis (IMI), artigo 112, n°5, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Neste ponto propõe-se a manutenção da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis em 0,32%. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP.** -----

Informou que são defensores dos 0,30%. E deu o seguinte exemplo: “Uma família de classe média que tenha um rendimento de 50.000€, o 0,2% que está aqui a mais são 10€. Se essa família tiver 2 filhos vai beneficiar de 20€”. Ou seja a câmara está a perder dinheiro e está a perder publicidade porque não figura nos municípios que têm a taxa mínima em Portugal. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal, esta foi aprovada por maioria com 5 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e com 14 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto oito - Apreciação e votação da majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar a prédios degradados (artigo 112°, n°8 do Código do IMI) devolutos e em ruínas (artigo 112°, n°3 do Código do IMI).** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Informou que há lugar à majoração das taxas sobre o IMI em duas

situações: 1. de acordo com o nº8, do artigo 112º do CIMI a taxa fixada anualmente é elevada ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano ou em ruínas. Consideram-se devolutos, para esse efeito, os edifícios ou frações que se encontrem desocupados durante um ano, sendo indício de desocupação, a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e eletricidade; e a inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade e telecomunicações (artigo 2º, do Decreto Lei nº159/2006, de 8 de agosto). 2. de acordo com o nº3, do artigo 112º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da assembleia Municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Referiu que é um ponto que tem suscitado algumas dúvidas, mas é certo que é visível na Barquinha uma renovação das casas degradadas que dá todo um ar de graça e vontade de comprar casa na Barquinha. Questionou, se já se nota a implicação direta destes impostos nessa reconstrução que se tem visto. Mencionou que há 3 tipos de prédios: devolutos, em ruínas e degradados. Partindo do princípio que os devolutos e ruínas não têm habitantes, mas há pessoas a morar em prédios degradados que estão nesta lista que vão sofrer esse agravamento. Questionou se isso acontecer às famílias que têm necessidades financeiras comprovadas, se há algum tipo de mecanismo legal para poder recorrer e salvaguardar, para que não sejam prejudicadas com a aplicação destes impostos de forma injusta. Por último, questionou se a Câmara tem alguns números para apresentar acerca da aplicação destes mesmos impostos. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-**

**CDS/PP.** -----

Mencionou que a bancada irá votar contra, porque não está distinguido neste ponto se os proprietários não fazem melhorias, porque não querem ou por incapacidades financeiras. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV.** -----

Referiu que tem algumas dúvidas sobre estas medidas e que é necessário saber se estão a ser tomadas medidas e se não há pessoas a viver em más condições. -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de esclarecer os Senhores Deputados.** -----

Respondeu ao Senhor Deputado Nuno Gomes que segundo dados do INE, Vila Nova da Barquinha é o segundo concelho do Médio Tejo com maior número de rendimento em termos de IRS. Muitos dos proprietários pedem valores altos pela venda de casas, mas não tem dinheiro para reabilitar. Quanto à questão da Senhora Deputada Paula Duarte informou que há cerca de 40 prédios a sofrer intervenção na Barquinha. Referiu que com os incentivos da taxa de IMI e redução do IVA, nas zonas de salvaguarda, não há desculpa para que não haja reabilitação dos mesmos. Mencionou que há uma grande procura de casa na Barquinha mas devido aos valores elevados de preços que pedem não se consegue fazer transmissão ou venda. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à majoração das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), esta foi aprovada por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, 2 abstenções dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV e 14 votos a favor dos Senhores Deputados, João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa,**

**Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

***Ponto nove - Apreciação e votação da proposta de redução de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para as famílias numerosas, de acordo com a nova redação do artigo 112º, nº13, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.*** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Determina o artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigoraram no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

| Número de dependentes a cargo | Dedução fixa (em €) |
|-------------------------------|---------------------|
| 1                             | 20                  |
| 2                             | 40                  |
| 3 ou mais                     | 70                  |

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV.** -----

Seguindo o nosso ponto de vista neste assunto, referiu que não é o número de filhos que define a condição financeira dos contribuintes. Pensamos que este assunto deve ser visto em sede de IRS, com restituição de abonos de família, com benefícios fiscais de forma justa porque há

famílias numerosas com e sem casa própria e estamos a criar injustiças.

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Informou que não está do contra só porque sim, mas sim é uma questão de princípio, pois há famílias numerosas que têm habitação própria e outras que não têm. Deveria haver um estudo sobre os números, certamente todas as famílias com mais ou menos filhos poderiam ter um valor igual ou superior de diminuição no pagamento do IMI, se a taxa passa para 0,30%. Salientou que tendo em conta os bons resultados financeiros que a Câmara tem, não seria um problema isso acontecer. --

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP.** -----

Informou que são da mesma opinião, que a taxa deveria ser 0,30%, mas uma vez que não foram aprovados não vão contra este benefício para as famílias. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à redução de taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), este ponto foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto dez - Apreciação e votação da fixação da participação no IRS para o ano de 2019, nos termos do n.º1, do artigo 26.º, da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro.** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Neste ponto propõe-se manter a taxa de participação em IRS para 2019 em 4,5%, com conseqüente devolução de 0,5% aos Municípios. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV. -----**

Informou que não concorda que seja desigual de concelho para concelho, pois os contribuintes devem ser tratados todos de igual forma. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP. -----**

A bancada do PPD/PSD-CDS-PP, irá votar a favor e é mais justo haver uma redução do IRS do que no IMI, pois o IMI é para proprietários que têm posses, pois as famílias carenciadas não são proprietárias de imóveis e logo aí não pagam IMI. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente fixação da participação no IRS, este ponto foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV e 17 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto onze - Apreciação e votação da fixação da derrama para o ano de 2020, nos termos do n°1, do artigo 18°, da Lei n°73/2013, de 3 de setembro; -----**

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

Determina o n°24, do artigo 18, da Lei n°73/2013, de 3 de setembro, que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal,

deliberar lançar uma taxa reduzida da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 euros. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV. -----**

Em relação a este ponto mencionou que os grandes pagadores deveriam ser as grandes superfícies instaladas no concelho, mas que infelizmente devido ao fato de não terem a sua sede no concelho não pode ser cobrada a derrama. No entanto a bancada da CDU está de acordo com este imposto. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à fixação da derrama para 2020, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

***Ponto doze - Apreciação e votação do lançamento de 1,5 % sobre o lucro tributável de sujeitos passivos que não têm a sua sede social no concelho de Vila Nova da Barquinha, nos termos do n.º1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----***

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

Trata-se de uma taxa de lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável de sujeitos passivos que não têm a sua sede social no concelho. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-**

**CDS/PP.** -----

Referiu que mantem a posição de anos anteriores. Mencionou as grandes empresas no concelho mas com sede noutros locais e que não sabe até que ponto esta taxa poderá ou não influenciar negativamente a presença dessas empresas no nosso concelho. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV.** -----

Referiu que concorda com esta taxa, pois quem tem lucros, tendo a sede ou não no concelho, deve pagar. -----

**O Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV apresentou uma declaração de voto referente aos pontos 7,8,9,10 e 11 da Ordem de Trabalhos. (vide anexo 6)** -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao lançamento de 1,5 % sobre o lucro tributável de sujeitos passivos que não têm a sua sede social no concelho, esta foi aprovada por maioria com 3 abstenções dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP e 16 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**= Ponto treze - *Apreciação e votação da operação de reabilitação urbana das ARU de Moita do Norte, Atalaia e Praia do Ribatejo – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, nos termos do nº1, do artigo 17º, do Decreto-lei 307/2009, de 23 de outubro;*** -----

**== Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Segundo o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, a delimitação de ARU e aprovação da respetiva ORU (Operação de Reabilitação Urbana) são competências da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal. As respetivas aprovações podem ocorrer em separadamente, tendo sido esta metodologia adotada, em resultado da conclusão prévia do processo de delimitação da ARU. É neste quadro que o município de Vila Nova da Barquinha vem dar continuidade a este processo, respondendo à necessidade de fazer convergir no núcleo urbano da Atalaia, Moita do Norte e Praia do Ribatejo, um conjunto de investimentos que, de forma integrada, materializam as grandes opções de desenvolvimento urbano do concelho. Além da definição da ORU, o presente documento inclui a delimitação do território da ARU destes três agregados (conforme aprovada a 20 de dezembro de 2018). Uma vez que a opção recaiu por uma ORU do tipo sistemática, torna-se necessário, de acordo com a alínea b) do artigo 16.º do RJRU, a sua aprovação através de instrumento próprio, no caso o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). Esta opção parte de uma leitura atualizada das fragilidades do tecido urbano, bem como do reconhecimento da importância deste núcleo na estruturação do sistema urbano do concelho e das suas potencialidades para a afirmação de Vila Nova da Barquinha, no plano regional e nacional. Uma ORU do tipo sistemática possibilita uma abordagem integrada à reabilitação do tecido urbano, que alia a reabilitação do edificado à qualificação das infraestruturas e equipamentos, bem como dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva. Assim, e uma vez definido o foco territorial, através delimitação da ARU, este documento constitui a proposta de Programa Estratégico de Reabilitação Urbana a adotar para este território, procurando enquadrar estrategicamente as operações de reabilitação, definindo simultaneamente a sua programação do ponto de vista financeiro e temporal.-----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV. -----**

Referiu que este plano deveria contemplar mais zonas, pois só abrange as zonas urbanas, deixando algumas zonas do concelho em zonas limítrofes, como Cafuz, Madeiras e Ribeira da Atalaia fora desse plano. As populações com este plano têm tendência a ficar isoladas. Questionou se a Rua Direita da Moita do Norte está no projeto, o porquê da Zona de Expansão, com casas da Câmara não estar mencionado no plano. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira do PPD/PSD-CDS/PP. -----**

Referiu que o documento apresentado é um plano de intenções. Os custos para as referidas zonas de intervenção, 2 milhões, para a Moita do Norte e 5 milhões para a Praia do Ribatejo, é muito dinheiro e que tem dúvidas que seja realizável nos próximos anos. -----

**Os senhores Deputados obtiveram como resposta do Senhor Presidente o seguinte: -----**

Estes estudos têm a ver com a dimensão populacional, daí só estar as zonas urbanas. É um plano de intenções, como referiu o Senhor Deputado, mas sem isso não há fundos comunitários. O saneamento das Madeiras está concluído e em breve vai abranger a zona das Limeiras. Salientou que este documento está sempre aberto a novas oportunidades e com possibilidades de investimento. Em relação à Zona de Expansão, a Câmara está a elaborar uma candidatura de eficiência energética e já há financiamento aprovado para as casas da referida zona, que são propriedade da Câmara. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à operação de reabilitação urbana das ARU de Moita do Norte, Atalaia e Praia do Ribatejo – Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição**

**do PPD/PSD-CDS/PP, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

***Ponto catorze - Apreciação e votação da Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha, nos termos do n.º1, do artigo 90º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----***

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 127º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio - RJIGT, "Os programas e planos territoriais podem ser objeto de revogação sempre que a avaliação da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determine". O Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha - PPZI, foi aprovado e publicado através do Aviso n.º 8551/2014 de 24 de Julho de 2014. Os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente, os Planos de Pormenor, são elaborados quando não há regras urbanísticas definidas para um determinado território. São instrumentos estáticos, difíceis, por burocrática, alteração, não correspondendo à dinâmica de desenvolvimento que cada vez é mais flexível. Assim, tendo em conta que todo o território afeto ao PPZI se encontra abrangido pelo PDM de Vila Nova da Barquinha, instrumento de ordenamento que contém regras urbanísticas claras e adequadas à gestão urbana do município; que existe um Projeto de Loteamento aprovado que corresponde à área do PPZI, que contém todas as disposições aprovadas pelo PPZI; a gestão do território fica

salvaguardada, pelos instrumentos de gestão urbana existentes, propõe a revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha. -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Questionou se este assunto tem alguma coisa a ver com o Park Biopark, se não tem, a que se deve esta alteração. -----

**Obteve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -**

Trata-se de uma empresa interessada em adquirir o lote para um projeto internacional, nada tem a ver com o projeto Biopark. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade com 18 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, Paula Duarte da CDU/PCP-PEV e João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

***Ponto quinze - Apreciação e votação da estrutura orgânica flexível dos serviços municipais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, nos termos alínea m), do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;*** -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

Tendo em conta as novas competências de transferências para as autarquias locais bem como a participação na Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo EIM., SA., que entrará em funcionamento em 1 de janeiro de 2020. Tendo em conta que a

organização dos serviços obedece à Estrutura Hierarquizada, sendo constituída por unidades orgânicas nucleares, por unidades orgânicas flexíveis e por subunidades orgânicas/núcleos, prevendo -se ainda Equipas de Projeto e Gabinetes de apoio direto ao Presidente da Câmara. Assim, as Unidades Orgânicas Flexíveis são dirigidas por dirigentes intermédios de 2.º grau (Divisões Municipais) 2 (dois); Unidades Orgânicas flexíveis dirigidas por dirigentes intermédios de 3. grau (Unidades) 5 (cinco); Subunidades Orgânicas/núcleos, Gabinetes 4 (quatro), Equipas de projeto 2 (duas). -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Referiu que trata-se de um novo organigrama que vai definir todas as competências, todas as áreas em como devemos nós na qualidade de cidadãos dirigirmo-nos à Câmara e assim saber como ficam a funcionar os serviços. Questionou que esta proposta tendo por base Decretos de Lei antigos, o porquê da organização dos serviços nesta altura, se há algum pressuposto da Lei que obriga ou se há algum outro fator, tal como o início da Empresa Intermunicipal. Por último, questionou que vai haver novas contratações ou se estas alterações no organigrama dos serviços é feita com funcionários já existentes. -----

**Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes do PPD/PSD-CDS/PP.**

Questionou qual o custo suplementar para o Município com esta alteração da estrutura orgânica dos Serviços. -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV. -----**

Questionou o mesmo que o Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

**= Obtiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -----**

As áreas de saneamento e águas vão ser transferidas com efeitos a 01 de janeiro de 2020 para a empresa intermunicipal Médio Tejo Ambiente. Quanto ao organigrama o Núcleo de Sistema Informático e informação

passa a pertencer ao Gabinete de Apoio à Presidência, devido à gestão de coordenação e às novas tecnologias, assim como, o Núcleo de fiscalização Municipal, que não fazia sentido estar dependente da Divisão Municipal de Urbanismo. Em relação aos gabinetes já existentes mantêm-se o Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), o Gabinete de Proteção Civil e Florestal, o Gabinete de Informação e Relações Públicas (GIRP) e o Gabinete Apoio ao desenvolvimento e empreendedorismo local (GADEL). As equipas de projeto são as que já faziam parte do último organigrama. O resto, sinteticamente, é similar, haverá alterações nas águas e no saneamento. Referiu que vai ser criada uma Divisão Municipal da Administração Geral e Recursos Humanos, que de fato é uma necessidade para os serviços, pois temos dirigentes que não são remunerados como tal, que estão no 2º escalão e estão a avaliar funcionários deste Município. A remuneração é fixada entre o 3º e 6º escalão de técnico superior. O Senhor Presidente alertou todos os presentes que o Município de Vila Nova da Barquinha é o que tem menos dirigentes em toda a região e para dirigir tem de se dar dignidade a quem é dirigente e não podemos estar a exigir e não retribuir. Por último, mencionou que alguns dos funcionários encontram-se em situação de mobilidade interna. -----

**= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte da CDU/PCP-PEV.**

Questionou se a gestão das águas e saneamento que vai passar a ser gerido pela empresa intermunicipal, vai trazer aumentos destes serviços para os Municípios. -----

**A Senhora Deputada obteve como resposta do Senhor Presidente da Assembleia,** que no documento apresentado em anterior Assembleia Municipal, documento muito bem elaborado, onde inclusive constava gráficos dos estudos elaborados, estava explícito que os valores têm sido atualizados pelos serviços camarários de modo a que não fossem notórios com a passagem para a empresa intermunicipal. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à estrutura orgânica flexível dos serviços municipais, esta foi aprovada por maioria com 5 abstenções dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV e 14 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Augusto Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto dezasseis - *Apreciação e votação do regulamento para cargos de direção intermédia de 3º grau no Município de Vila Nova da Barquinha, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;* -----**

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

Dando cumprimento ao art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que determina no seu art.º 4.º o seguinte: -----

«Cargos dirigentes das câmaras municipais -----

1 - ....

2 - A estrutura orgânica pode prever a existência de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferior. -----

3 - No caso previsto no número anterior, cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, a definição dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior.» -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV. -----**

Questionou o fato de na proposta da Câmara Municipal estar escrito que cabe à Assembleia Municipal deliberar, pois no seu entendimento os membros da assembleia não conhecem todos os funcionários para que se possam pronunciar sobre o trabalho desempenhado por cada um. -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao regulamento para cargos de direção intermédia de 3º grau no Município, esta foi aprovada por maioria com 6 abstenções dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Conceição do PPD/PSD-CDS/PP, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU/PCP-PEV, António Ribeiro do PS e 13 votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório e Miguel Homem do PS. - Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto dezassete - Votação da proposta de realização de um debate público sobre o tema "O Ambiente, as alterações climáticas e a situação atual do rio Tejo e seus afluentes", organizado pela comissão permanente de Urbanismo, Ambiente, Trânsito e Comunicações com elaboração da proposta de deliberação, nos termos do artigo 67º e 68º do Regimento da Assembleia; -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado Paulo Constantino do PS. -----**

Referiu que este ponto tem a ver com a intervenção que fez na última sessão da assembleia, baseada num debate temático realizado pela CIMT, do qual foi apresentado o plano para as alterações climáticas. Nesse debate foram apresentadas duas deliberações pelo Protejo, a Convecção da Albufeira e o Projeto Tejo, e a Barragem do Alvito. Numa segunda fase

a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, na área do Ambiente, elaborava um relatório deste debate e uma proposta de deliberação a ser apresentada em sessão da Assembleia Municipal de novembro ou dezembro. Referiu que fazem parte os seguintes Senhores Deputados: Paulo Constantino, Carla Cardoso e José Chambel do PS, Nuno Gomes da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e João Filipe Ricardo da Coligação CDU/PCP-PEV. Referiu que pretende-se que todo o trabalho seja desenvolvido por esta comissão, convidados e temas a expor, para posterior elaboração de relatório e proposta de elaboração a ser votada na próxima sessão da assembleia. Do seu ponto de vista seria interessante da CIMT, alguém que tenha conhecimento da elaboração do Plano, assim como o Eng.º Jorge Froes, do Projeto Tejo. -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

Este é um assunto que está na ordem do dia, as condições climáticas. Informou que esteve na PEGOP e que na questão do encerramento da fábrica de carvão esta funciona já 50% a gás com duas caldeiras. Ao contrário do que se pensa, esta fábrica só entra em elaboração em situação de “despacho”, ou seja, não tem o objetivo de estar plenamente em elaboração, mas sim só numa situação de falta de energia em Portugal momento em que serão reativados os respetivos fornos de carvão. O Plano intermunicipal na nossa região deve-se preocupar essencialmente nas chamadas condições climáticas ou extremas que estão cada vez mais perenes. Salientou a questão das temperaturas, tais como o aumento de dias de verão, a falta de chuva, as intempéries, os ventos fortes e a zona sísmica na nossa zona. Referiu que em termos municipais tem de haver alguma intervenção, devia-se identificar os fatores e preparar gradualmente para absorver os impactos climáticos e criar condições para reduzir a exposição de todos nós enquanto munícipes e cidadãos. Salientou que este debate deve ser sério, sem reservas mentais, aberto, quer dos próprios deputados, quer por indivíduos conceituados. -----

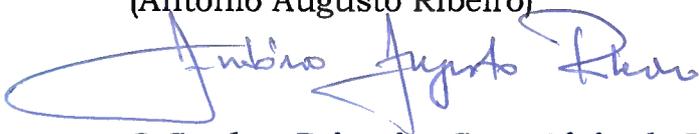
**Posta à votação a referida proposta, esta foi aprovada por unanimidade 19 votos a favor dos Senhores Deputados Nuno Gomes, Eduardo de Oliveira e João Paulo Flores do PPD/PSD-CDS/PP, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU/PCP-PEV, João Gralha, Fátima Martins, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, José Pereira de Sousa, Ana Cristina Pimenta, Carla Cardoso, Vitorino Monteiro, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e António Ribeiro do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta sessão ordinária, pelas vinte e três horas e doze minutos e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

**O Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal,**

(António Augusto Ribeiro)



**O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

(João Manuel Alves Gralha)



**O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia**

(Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins)

Maria de Fátima Couteiro da Silva Martins

## Lista de Anexos

|                |  |
|----------------|--|
| <b>Anexo 1</b> | Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro José Eduardo Ramos Paulo, apresentado pelo PS  |
| <b>Anexo 2</b> | Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo, da Coligação CDU/PCP-PEV, cujo tema é: “Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas” |
| <b>Anexo 3</b> | Lista de Expediente  |
| <b>Anexo 4</b> | Proposta de funcionamento de votos de pesar e declarações  |

|                |   |
|----------------|---|
| <b>Anexo 5</b> | Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara   |
| <b>Anexo 6</b> | Declaração de voto apresentada pela Coligação CDU/PCP-PEV, referente aos pontos 7,8,9,10 e 11 da Ordem de Trabalhos |



**ANEXOS ACTA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA  
BARQUINHA**

**27 de Setembro de 2019**

## Voto de Pesar

### Pelo Falecimento de José Eduardo Ramos Paulo



É com um sentimento de profundo pesar que assinalamos o falecimento do antigo presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, José Eduardo Ramos Paulo.

José Eduardo Ramos Paulo nasceu em Moita do Norte, a 10 de julho de 1934, residia em Alverca e desenvolveu a sua vida profissional de Engenheiro Mecânico em diversas empresas em Portugal e no estrangeiro.

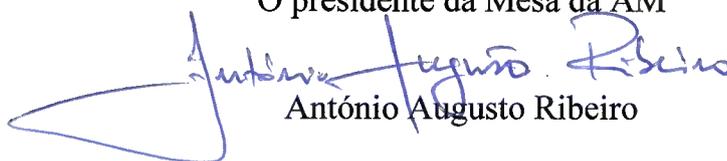
Eleito pelo partido socialista exerceu o cargo de presidente do município durante um mandato, no período de 3 de janeiro de 1994 e 5 de janeiro de 1998. Para além da reestruturação dos serviços municipais, gestão cuidada das finanças e requalificação das infraestruturas, foi durante o seu mandato que surgiram diversas iniciativas marcantes na área do turismo que se destaca, a promoção de eventos e a aquisição de equipamentos turísticos.

Assim, pela sua carreira profissional e por ter sido presidente do município de Vila Nova da Barquinha, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, na sua reunião de 27 de setembro de 2019, delibere:

- Manifestar o seu profundo pesar pela morte de José Eduardo Ramos Paulo;
- Apresentar à família e amigos as mais sentidas condolências pelo seu desaparecimento;
- Observar um minuto de silêncio, em sua memória e homenagem.

Vila Nova da Barquinha, 27 de setembro de 2019

O presidente da Mesa da AM

  
António Augusto Ribeiro

  
Nat

# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

## Moção

### **Preservar o ambiente e a natureza, prevenir alterações climáticas**

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para a inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adoptar medidas no sentido da protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os factores, objectivos e subjectivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adopção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder local democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:

O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento duma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da acção mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada, é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.



A protecção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adopção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

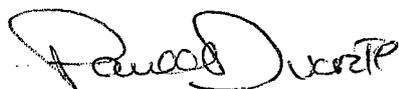
**A Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha reunida a 27 de Setembro de 2019, delibera:**

1 - Exigir a adopção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.

2 - Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

3 - Instar o município a prosseguir e a intensificar as acções, medidas e projectos que no quadro geral de um programa de protecção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.

**Os Eleitos da CDU:**



**(Paula Alexandra V. Duarte)**



**(João Filipe S. Ricardo)**

**V. N. Barquinha, 27/09/2019**





Município de Vila Nova da Barquinha  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

**EXPEDIENTE**

**27/09/2019**

- Email de 2019/07/15 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Ata n°14/2019;
- Ofício n° 1728 de 2019/07/25 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Reconhecimento do Interesse para as populações para a economia local de 3 projetos a candidatar ao PDR2020-Renovação de aldeias: "Mercado da Cultura", "Acolher - Centro Pastoral de Nossa Senhora dos Remédios" e "Valorização da Igreja Matriz de Tancos";
- Email de 2019/07/25 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Ata n°15/2019;
- Email de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Ata n°18/2019;
- Email de 2019/09/13 - Deputado Municipal José Salvado - Pedido de substituição na sessão da Assembleia;
- Ofício n° 2149 de 2019/09/13 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2019/2028 de Vila Nova da Barquinha;
- Ofício n° 2140 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Art° 112°,



Município de Vila Nova da Barquinha  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

nº5 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);

- Ofício nº 2139 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Majoração das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar a prédios degradados (artº nº112º nº8 do Código do IMI) e devolutos e em ruínas (artº 112º nº3 do Código do IMI);
- Ofício nº 2137 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Proposta de Redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o artigo 112º-A, nº3, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Ofício nº 2141 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Fixação da participação no IRS de 2019, receita a arrecadar em 2020;
- Ofício nº 2136 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Fixação da Derrama para o ano de 2020;
- Ofício nº 2138 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável de sujeitos passivos que não têm a sua sede social no concelho de Vila Nova da Barquinha;
- Ofício nº 2145 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Operação de Reabilitação das ARU de Moita do Norte, Atalaia e Praia do



Município de Vila Nova da Barquinha  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

Ribatejo - Programas estratégicos de Reabilitação Urbana;

- Ofício n° 2142 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vila Nova da Barquinha;
- Ofício n° 2144 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Alteração à estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha;
- Ofício n° 2143 de 2019/09/12 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Regulamento para cargos de Direção Intermédia de 3° Grau no Município de Vila Nova da Barquinha;
- Ofício n° 51/2019/MJL de 2019/09/13 - ANMP - XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Ofício n° 2231 de 2019/09/25 - Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha - Proposta da não aceitação da Transferência de Competências previstas no Decreto-Lei n°116/2019, de 21 de agosto, que define o modelo de cogestão das áreas protegidas / Ratificação;



anexo 4

Município de Vila Nova da Barquinha

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**PONTO Nº "A definir"** – Apreciação e Votação da proposta de funcionamento de Votos de Pesar e Declarações de Pesar apresentados em sessão da Assembleia, ao abrigo da alínea a), do nº1 do artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal de VNB, de 19 de fevereiro de 2010 com a alteração aprovada em 20 de dezembro de 2018.

### 1. Referências

- a. Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);
- b. Regimento da Assembleia Municipal de VNB, de 19 de fevereiro de 2010 com a alteração aprovada em 20 de dezembro de 2018;
- c. Livro Verde para Reforma da Democracia Municipal e Valorização do Papel das AM – Parte 1 Parte Regimento-Tipo de Assembleias Municipais (abril 2019)

### 2. Introdução

- a. Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao presidente da Assembleia Municipal exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo regimento ou pela assembleia municipal.
- b. Os votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar são uma manifestação de congratulação, solidariedade, louvor, saudação, protesto ou pesar que pode ser proposta pela mesa, pelos grupos políticos ou por deputados.
- c. O período de antes da Ordem de Trabalhos, entre outros assuntos, é destinado à emissão de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar, propostos por qualquer Grupo Político ou Deputado Municipal (alínea a), do nº1 do artigo 43º do Regimento).
- d. Até final da leitura do expediente, poderão os Grupos Políticos ou os Deputados Municipais entregar na Mesa, propostas de votos, moções ou recomendações a serem apresentados discutidos e votados no ponto respetivo da Ordem de Trabalhos (nº1 do artigo 46º do Regimento).
- e. Não poderão ser tomadas deliberações durante o período de Antes da Ordem de Trabalhos, salvo as que incidam sobre propostas de votos, moções, recomendações ou requerimentos (artigo 60º do Regimento).
- f. Salvo nos casos previstos na lei ou no Regimento, as deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal de Deputados Municipais (artigo 61º do Regimento).
- g. O pesar é o sentimento de tristeza e solidariedade, normalmente decorrente do desaparecimento de alguém, os membros da Assembleia podem expressar o seu

- sentimento por escrito, modalidade onde o proponente o manifesta formalmente através de voto de pesar, devendo este ser redigido observando os cuidados que a situação requer.
- h. Os membros da Assembleia podem expressar o seu sentimento de tristeza e solidariedade, quando situações e acontecimentos imprevisíveis ocorrem e que tem impacto negativo na comunidade, empresas e organismos envolvidos, devendo o proponente fazê-lo por escrito através de uma declaração de pesar devendo esta ser redigida observando os cuidados que a situação requer.

### **3. Finalidade**

Cumprindo o regimento e demais boas práticas aplicáveis, caracterizar as responsabilidades de informação, elaboração, apresentação, votação e comunicação dos votos e declarações de pesar.

### **4. Funcionamento**

#### **a. Dever de informação**

Os membros da Assembleia na qualidade de Deputados Municipais ou de membros qualquer Grupo Político representado, têm o dever de informar e participar à mesa as situações que tomam conhecimento que careçam de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar.

#### **b. Elaboração e apresentação**

- (1) Na elaboração do voto o proponente deve fazer constar a informação que se considera fundamental para apresentar a situação e permitir a votação pela Assembleia, designadamente: (i) cabeçalho com a identificação do proponente e tipo de voto, (ii) caracterização biográfica do falecido, da entidade ou da situação, (iii) exposição e elementos pessoais relacionados com a atividade profissional, vida pública ou outros que fundamentem a proposta, (iv) conclusão do texto do voto com a proposta de deliberação e identificação destinatários para comunicação da deliberação e (v) data e assinatura do proponente (minuta em anexo).
- (2) Salvo nos casos de manifesta urgência, os votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar, a apreciar (e votar) deverão ser entregues no Gabinete de Apoio à Presidência até às 12 horas do dia útil anterior ao da realização da reunião em que haja período de antes da ordem do dia e ser distribuídas aos representantes dos Grupos Municipais.
- (3) De acordo com a ordem de entrada das propostas, será depois comunicado pelo presidente da mesa aos membros da Assembleia no respetivo ponto da ordem de trabalhos, os votos e as restantes propostas.

#### **c. Votação e aplicação**

- (1) Leitura do voto de pesar proposto, deve ser efetuada por um dos secretários da mesa da Assembleia.
- (2) A mesa põe o voto à consideração e concede palavra a quem se inscrever para intervir.

- (3) Segue-se o período de votação e aprovação da proposta de voto, a aprovação é efetuada à pluralidade de votos, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.
- (4) No caso dos votos de pesar por motivo de falecimento de pessoa(s) é guardado um minuto de silêncio em memória e homenagem de todos os votos de pesar apresentados na sessão.
- (5) No caso da declaração de pesar esta não continua a ser apresentada por escrito pelo preponente (para que conste em ata) e não tem de ser votada.

d. Registo e comunicação

- (1) Registo dos resultados da votação na ata e fazer constar em anexo a proposta de voto apresentada.
- (2) Comunicar por escrito através de ofício ou por outro meio que for aprovado à família e/ou entidade as mais sentidas condolências, transmitindo o teor do voto ou declaração aprovados e a deliberação da Assembleia.

## 5. Proposta

Nos termos da alínea a), do nº1 do artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal de VNB, submete-se a apreciação e aprovação dos senhores deputados a proposta consolidação do desenvolvimento dos votos e declarações de voto, para ser implementada após apresentação, discussão e votação em reunião da assembleia.

À consideração de V.ex.as.

Vila Nova da Barquinha, 27 de setembro de 2019  
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal  
António Augusto Ribeiro

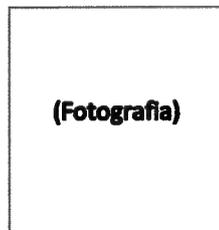
Anexo 1: Formulário de Voto/Declaração de Pesar



Município de Vila Nova da Barquinha  
Assembleia Municipal

**Tipo de Voto (pesar ou outro)**

Nome da Pessoa/Instituição



- (i) Caracterização biográfica do falecido, apresentação da entidade ou da situação.
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- (ii) Exposição de elementos pessoais relacionados com a atividade profissional, vida pública ou outros que fundamentem a proposta.
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- (iii) Proposta de deliberação pela AM com indicação dos destinatários da comunicação.
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
- (iv) Colocar a data, nome e assinatura do proponente.

## Informação Escrita do Exmo. Presidente da Câmara Municipal

27 de setembro de 2019

Exmos. Senhores,  
Presidente da Assembleia Municipal  
Deputados da Assembleia Municipal  
Senhores Vereadores  
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Informação escrita nos termos do art.º 25 do n.º 2 da alínea c) da Lei 75/2013, de 12 de setembro

### Divisão Municipal de Serviços Técnicos

#### Núcleo de ordenamento territorial:

- Revisão do PDM:
  - Em 8/08/2019, foi realizada reunião de concertação com a DRAP, onde ficou definida a RAN do município.
  - Vão ser marcadas mais 2 reuniões de concertação com a CCDR-LVT e a APA, para definição da proposta de Ordenamento e da REN.
- Alteração do PDM:
  - Propôs-se a alteração do PDM, por ser este o procedimento mais adequado, de acordo com o entendimento da CCDR-LVT, para se poder acolher o projeto do Bioparque – BARK.
- Revogação do Plano Municipal da Zona Industrial:
  - Propôs-se a revogação do Plano de Pormenor da Zona Industrial, devido à existência de um projeto de loteamento aprovado com determinações idênticas às do Plano, e qualquer alteração necessária, envolve um procedimento menos burocrático.
- Elaboração das alterações aos Regulamentos:
  - Municipal da Reabilitação Urbana (continuação)
  - Municipal da Urbanização e da Edificação (continuação)
  - Foi elaborada a proposta de atualização das taxas municipais de acordo com regulamento municipal de taxas.

#### Núcleo de urbanização e edificação:

- No Balcão do Atendimento Público foi efetuado o atendimento relacionado com assuntos de urbanismo, cemitério municipal, educação e outros assuntos diversos, sendo o urbanismo o de maior afluência.
- Licenciamento de Obras Particulares:
  - Foi efetuada a apreciação de Processos:

| Processos  | Quantidade |
|--|------------|
| Requerimentos diversos entrados associados a processos de obras particulares | 140        |
| Comunicação prévia construção de moradia e anexo                             | 1          |
| Comunicação prévia de obra isenta controlo prévio                            | 3          |
| Licenciamento reabilitação de prédio para habitação                          | 5          |
| Licenciamento de construção de anexo   | 1          |
| Licenciamento de ampliação pavilhão industrial                               | 1          |

|   |    |
|---|----|
| Licenciamento de ampliação moradia-legalização  | 1  |
| Reparação/remodelação de habitação e muros      | 2  |
| Legalização de construção de 2 anexos agrícolas | 1  |
| Informação prévia                               | 9  |
| Requerimentos deferidos                         | 92 |
| Requerimentos Indeferidos                       | 2  |
| Certidões emitidas                              | 20 |
| vistorias                                       | 1  |

- o Foram emitidas as seguintes licenças:

| Tipos de licença                                | Alvarás emitidos |
|---|------------------|
| Licenças de Construção                          | 7                |
| Licenças de Utilização                          | 18               |
| Licenças de Ocupação da via pública             | 5                |
| Taxas pagas de comunicação prévia de construção | 2                |

#### Núcleo de apoio técnico:

- Foram fornecidas cópias de grandes formatos aos munícipes e aos serviços municipais.
- Foi elaborado o projeto de alteração (plantas) do Edifício da Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha.
- De acordo com o quadro seguinte verificou-se, uma área de construção nova de 2.418,06m<sup>2</sup>, repartida pelas freguesias de Vila Nova da Barquinha com 81,6% e Atalaia com 18,4%. A área de reabilitação foi de 734,6m<sup>2</sup>, distribuída também pelas freguesias de Vila Nova Barquinha com 72,5% e Atalaia com 27,5%.

|  | V. N. Barquinha         | Atalaia               | Praia Ribatejo | Tancos | Total                   |
|--|-------------------------|-----------------------|----------------|--------|-------------------------|
| Área Construção Nova                     | 1.972,92 m <sup>2</sup> | 445,14 m <sup>2</sup> | -              | -      | 2.418,06 m <sup>2</sup> |
| Área Construção Reabilitada              | 533,1 m <sup>2</sup>    | 201,5 m <sup>2</sup>  | -              | -      | 734,6 m <sup>2</sup>    |
| <b>Unidades Utilização Novas:</b>        |                         |                       |                |        |                         |
| Habitação                                | 13                      | 4                     | -              | -      | 17                      |
| Comércio                                 | 1                       | -                     | -              | -      | 1                       |
| <b>Unidades Utilização Reabilitadas:</b> |                         |                       |                |        |                         |
| Habitação                                | 2                       | -                     | -              | -      | 2                       |
| Comércio                                 | -                       | 2                     | -              | -      | 1                       |

#### Núcleo de informação geográfica

- Foi efetuada a georreferenciação de implantações de edifícios e de todos os processos com licença de utilização;
- Foi efetuada a atualização do edificado e os dos números de polícia e infraestruturas;
- Apoio na Elaboração de mapas para os serviços;
- Foi efetuada a Marcação dos processos já introduzidos na Airc (SPO);

- Trabalho de backoffice na ligação da MunisigWeb ao SPO (continuação);
- Foi efetuado o preenchimento dos ficheiros para a auditoria da ERSAR
- Foram elaboradas plantas para o projeto BARK - Bioparque Barquinha
- Foi feita a marcação das Zonas de Conflito em shapefile após reunião de concertação com a DRAP, no âmbito da Revisão do PDM.

#### Núcleo de obras municipais

Foi prestada assistência técnica às solicitações da câmara municipal e acompanhamento, em conjunto com a fiscalização, de obras realizadas por entidades externas ao município. Foram efetuadas as seguintes atividades:

- Acompanhamento de:
  - Plano Intermunicipal de Segurança Rodoviária (continuação);
  - Candidatura ao POSEUR para elaboração do Cadastro de infraestruturas de redes de água e saneamento (continuação);
  - Aquisição de serviços relativos à Rede Rodoviária Estruturante (continuação).
  - Aquisição de serviços de agregação dos municípios para fornecimento de água em baixa. (continuação)
  - Aquisição de serviços de agregação dos municípios para fornecimento de água em baixa.
  - Prestado apoio técnico à Junta de Freguesia de Vila Nova da Barquinha no procedimento de contratação pública para construção de passeio e esgoto pluvial na Rua Norton de Matos, em Moita do Norte;
  - Trabalhos da empreitada de construção da estação elevatória de águas residuais domésticas e respetiva conduta elevatória, em Tancos (continuação)
- Projetos/estudos:
  - Coordenação da execução do projecto de passagem das infraestruturas eléctricas e de telecomunicações, de aéreas para subterrâneas, em Vila Nova da Barquinha (continuação);
- Fiscalização e Acompanhamento de Obras:
  - Empreitada de construção do sistema de drenagem de águas residuais domésticas das Madeiras (receção provisória);
  - Empreitada do "Edifício de Apoio à Atividade Empresarial e Ninho de Empresas (continuação).
  - Requalificação da Praça da República em Vila Nova da Barquinha (Receção provisória);
  - Acompanhamento da prestação de serviços de manutenção dos espaços verdes da empreitada de Requalificação da Ilha do Almourol;
  - Acompanhamento das reparações de defeitos de construção da empreitada de Adaptação/Remodelação da Escola EB1 de Vila Nova da Barquinha a Jardim-de-infância, designadamente a reparação de tetos falsos, pinturas e caixilharia;
- Procedimentos Concursais:
  - Projeto Rotas e Percursos (elaborado relatório final do procedimento);
  - Aquisição de serviços de manutenção do Barquinha Parque (elaborado relatório preliminar);
  - Requalificação do Largo do Infante Santo/Largo do Chafariz (fase de análise de propostas);
  - Rua da Esperança, Rua da Lameira e Estrada da Roda (em elaboração);
  - Projeto de execução da alteração às moradias de habitação social, no âmbito da melhoria da eficiência energética (iniciado);
  - Foi apresentada uma proposta de realização de concurso para elaboração do projeto de execução da rede de ciclovias de Vila Nova da Barquinha. Aguarda decisão superior.

#### Núcleo de abastecimento de água

- Foi feito o acompanhamento técnico da prestação de serviços de abastecimento, recolha e tratamento de água pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo, em todos os órgãos em alta dos sistemas de abastecimento e drenagem de águas residuais;

- Foi feito o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano e para utilização nas piscinas e jacuzzi municipais;
- Foi dada resposta a pedidos de ramais em todas as freguesias;
- Foi dada resposta a pedido de colocação de contadores em todas as freguesias.

#### Núcleo de saneamento

- Foi dada resposta a solicitações de limpeza de sargetas, valetas e coletores em todas as freguesias do município;
- Foi dada resposta a limpeza de aquedutos e linhas de água, na Barquinha, Atalaia, e Praia do Ribatejo;
- Foram efetuadas reparações no canal do Barquinha Parque;
- Foi dada resposta a limpeza de fossas;

| Freguesia              | N.º de limpezas gratuitas | N.º de limpezas pagas |
|------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Praia do Ribatejo      | 7                         | 5                     |
| Atalaia                | 0                         | 0                     |
| Vila Nova da Barquinha | 1                         | 1                     |

- Foi atualizada a base de dados de registo das limpezas de fossas sépticas;

#### Núcleo de higiene e limpeza

- Foi efetuada a recolha de monos e de resíduos sólidos urbanos;
- Foram efetuadas limpezas de passeios, arruamentos e espaços públicos;
- Foi efetuada a limpeza e manutenção do cemitério, do estaleiro municipal e do Centro de Negócios.

#### Núcleo de espaços verdes

- Além da rega dos jardins públicos, foi efetuado o corte de relva em diversos locais do concelho;
- Foi efetuada poda em várias árvores do concelho, nomeadamente, na freguesia de VN Barquinha;
- Foi efetuada a manutenção dos espaços verdes do Barquinha Parque, Centro Escolar e Ciência Viva, das Oficinas Municipais, Piscinas Municipais e do Jardim-de-infância de Moita do Norte, Jardim do Monumento, Galeria de St.º António,
- Foi efetuada a manutenção de espaços verdes de vários arruamentos, largos e urbanizações.

#### Núcleo de sinalização, trânsito e iluminação pública

- Foi feita a manutenção dos semáforos;
- Foi efetuada a contratação de serviços para realização das puxadas elétricas para as festas Municipais;
- Foram efetuados, a identificação e acompanhamento de avarias elétricas no concelho e sua reparação;
- Eficiência Energética:
  - Foi efetuado o acompanhamento de toda a faturação energética (eletricidade e gás) do município com identificação de pontos problemáticos, para futuras melhorias;
  - Foi efetuado acompanhamento e prestados esclarecimentos na candidatura à eficiência energética de edifícios de habitação social;
  - Foi elaborado o projeto de Execução Eficiência Energética nas Piscinas Municipais;

#### Núcleo de cemitérios municipais

- Foi efetuada a introdução de dados, referentes a inumações, no respetivo programa informático;
- Foram atualizados os livros de registo de inumações e de requerimentos e digitalizados os processos;
- Foi dada resposta às seguintes solicitações:

| Designação                          | Quantidade |
|-------------------------------------|------------|
| Requerimentos Entrados              | 17         |
| Colocação de cinzas em coval        | 1          |
| Colocação de grade na sepultura     | 1          |
| Colocação de Pedra Mármore          | 2          |
| Colocação de lápide                 | 1          |
| Construção de murete na sepultura   | 1          |
| Pedido de 2ª via de Alvará de coval | 1          |
| Transladação para ossário           | 1          |
| Inumações                           | 9          |

#### Núcleo de oficinas

- Manutenções/Reparações
  - Foi dada resposta a solicitações dos vários serviços municipais na manutenção ou reparações ligeiras de equipamentos no espaço público e de edifícios municipais;
  - Foi efetuada reparação/manutenção dos equipamentos dos Parques infantis do Concelho;
- Manutenção de equipamentos mecânicos
  - Criação e desenvolvimento da plataforma de gestão dos edifícios municipais (continuação);
  - Foi efetuado o acompanhamento nas manutenções dos Elevadores do Concelho;
  - Foi efetuada a resolução de avarias nos sistemas de AVAC, na Escola D. Maria II e no Centro de Ciência Viva;
  - Acompanhamento dos sistemas de AVAC dos edifícios Municipais.
  - Foram efetuadas intervenções em passeios e arruamentos em todas as freguesias do concelho.

#### Núcleo de parques e viaturas

- Foi efetuado o controlo de consumos e inspeções de viaturas, e do Cadastro Automóvel; e efetuadas manutenções e pequenas reparações nos veículos e nas máquinas.

#### Núcleo de fiscalização municipal

- Licenciamento de obras particulares
  - Foi efetuada a fiscalização preventiva no município e o acompanhamento das operações urbanísticas particulares;
  - Foi efetuado o acompanhamento de obras de ramais de ligação de esgotos domésticos e Pluviais.
  - Elaboração de informações de gestão de trânsito e alteração e colocação de sinalética;
  - Atribuição de números de polícia;
  - Foi efetuado o levantamento dos edifícios degradados, devolutos e em ruínas, do concelho
  - Foi levantado seis autos de contraordenação;
  - Foram efetuadas notificações devido a:
    - Viaturas em estacionamento abusivo - 13;
    - Limpeza de terrenos - 42;
    - Diversos - 5;

#### Secretaria administrativa

Além de todo o apoio administrativo à Divisão, na elaboração de ofícios e tramitação de correspondência ou processos e arquivo, realçam-se os seguintes trabalhos:

- Foi efetuada a digitalização dos processos referentes ao Cemitério Municipal (continuação);
- Foram elaborados Mapas de controlo da qualidade água Restauração/Piscinas Municipais/Escolas;
- Foram preenchidas as bases de dados do sistema informático da AIRC associado à Divisão, nomeadamente, o Sistema de Gestão de Stocks e o Sistema de Obras por Administração Direta;
- Foi efetuado o preenchimento das inumações e trasladações no sistema SIG do Cemitério Municipal e continuou-se a digitalização dos dados no livro de registos (continuação);
- Foi elaborada uma listagem geral, em Excel, dos dados referentes as inumações e as concessões de covais e ossários do Cemitério Municipal (continuação);
- Foi dado apoio ao Serviço de Aprovisionamento com introdução de dados na Plataforma Base.gov, referente ao Ajuste direto simplificado (continuação).
- Foi efetuado o envio de Ficheiros de Licenças Construção/Utilização no Portal das Finanças, para cumprimento do art.º 128º. do CIMI.
- Na Gestão de Procedimentos de operações urbanísticas:
  - Foi elaborada toda a correspondência com os municípios
  - Foi verificado o cumprimento de prazos
  - Foi prestada informação aos interessados

### Divisão municipal de desenvolvimento social

#### Núcleo de educação

- Participações financeiras

No período de referência foram transferidos para o município de Vila Nova da Barquinha os seguintes montantes:

| Recebimento – DRELVT |               |  |           |               |
|----------------------|---------------|--|-----------|---------------|
| PAP                  | N.º Pagamento | Descrição  | Montante  | Data de Saque |
| 0892                 | 1761          | Acordo Coop. Pré-Escolar 2018/2019 – Apoio à Família – junho – refeições €2.783,13; prol. Horário €3.593,03  | €6.376,16 | 22.07.2019    |
| 0892                 | 1735          | Acordo Coop. Pré-Escolar 2018/2019 – Apoio à Família – maio – refeições €3.300,00; prol. Horário €3.655,01   | €6.955,01 | 22.07.2019    |
| 0791                 | 8453          | Acordo Coop. Pré-Escolar 2018/2019 – Apoio à Família – abril – refeições €2.800,00; prol. Horário €3.562,04€ | €6.362,04 | 03.07.2019    |
| 0791                 | 8423          | Acordo Coop. Pré-Escolar 2018/2019 – Apoio à Família – março – refeições €3.000,00; prol. Horário €3.562,04  | €6.562,04 | 03.07.2019    |

- Refeições requeridas

#### Junho 2019

De 01/06/2019 a 21/06/2019 foram requeridos 3.717 almoços.

O custo total das refeições escolares assumirá o valor de €6.244,56.

A participação municipal corresponde ao montante de €2.701,14 distribuídos da seguinte forma:

#### 1.º CICLO

Escalão A: 705 refeições X €1,68 = €1.184,40

Escalão B: 285 refeições X €0,95 = €270,75

Geral: 1.253 refeições X €0,22€ = €275,66

Total: €1.730,81

| Resumo junho        |         |     |       |       |
|---------------------|---------|-----|-------|-------|
| Entidade            | Escalão |     |       | Total |
|                     | A       | B   | Geral |       |
| EB1 Praia Ribatejo  | 165     | 43  | 76    | 284   |
| Escola Ciência Viva | 540     | 242 | 1.177 | 1.959 |
| Total               | 705     | 285 | 1.253 | 2.243 |

**Pré-escolar**

Escalão A: 356 refeições X €1,68 = €598,08

Escalão B: 173 refeições X €0,95 = €164,35

Geral: 945 refeições X €0,22€ = €207,90

Total: €970,33

| Resumo junho         |         |     |       |       |
|----------------------|---------|-----|-------|-------|
| Entidade             | Escalão |     |       | Total |
|                      | A       | B   | Geral |       |
| Jl Praia do Ribatejo | 84      | 12  | 24    | 120   |
| Jl Atalaia           | 108     | 36  | 255   | 399   |
| Jl Moita do Norte    | 38      | 42  | 328   | 408   |
| Jl Tancos            | 57      | 0   | 34    | 91    |
| Jl Barquinha         | 69      | 83  | 304   | 456   |
| Total                | 356     | 173 | 945   | 1.474 |

- Receitas (refeições, prolongamento de horário e atl)

**Junho 2019**

Relativamente a refeições escolares/prolongamento de horário e ATL, os valores recebidos pelo Município no mês de junho, assumem a importância de €6.120,18 conforme ilustra o quadro infra:

| Valores Recebidos                                    |           |
|--|-----------|
| Refeições Escolares/Prolongamento de Horário/ A.T.L. | €6.120,18 |
| Total  | €6.120,18 |

**Julho 2019**

No que respeita a refeições escolares/prolongamento de horário e ATL, os valores recebidos pelo Município no mês de julho, reproduz a importância de €2.447,32 conforme revela o quadro infra:

| Valores Recebidos                                   |           |
|---|-----------|
| Refeições Escolares/Prolongamento de Horário/A.T.L. | €2.447,32 |
| Total   | €2.447,32 |

**Agosto 2019**

No que respeita a refeições escolares/prolongamento de horário/A.T.L., os valores recebidos pelo Município no mês de agosto, reproduz a importância de €1.380,02 conforme revela o quadro infra:

| Valores Recebidos                                   |           |
|---|-----------|
| Refeições Escolares/Prolongamento de Horário/A.T.L. | €1.380,02 |
| Total   | €1.380,02 |

- Transportes Escolares

Mapa das Despesas Transportes Escolares (R. T.) referente ao mês de junho de 2019:

| TRANSPORTES ESCOLARES 2018/2019 |                  |           |             |                                 |
|---------------------------------|------------------|-----------|-------------|---------------------------------|
| DESPESA TOTAL_RT                |                  |           |             |                                 |
| Escola                          | Situação         | Nº Alunos | Códigos     | Encargo Municipal<br>Junho 2019 |
| D. Maria II                     | Concelho         | 46        | 01;02;03;05 | 1.078,30 €                      |
| Sec. Entroncamento              | Fora<br>Concelho | 6         | 1           | 66,50 €                         |
| Maria Lamas                     | Fora<br>Concelho | 1         | 3           | 49,29 €                         |
| Artur Gonçalves                 | Fora<br>Concelho | 3         | 3           | 15,87 €                         |
| Santa Maria do Olival           | Fora<br>Concelho | 1         | 6           | 21,55 €                         |
| Escola L. de C.<br>Constância   | Fora<br>Concelho | 2         | 1           | 9,79 €                          |
| Passes                          | Concelho         |           | 0           | 21,00 €                         |
| <b>TOTAL</b>                    | -                |           |             | <b>1.262,30 €</b>               |

Com o início do novo ano escolar tiveram início, paralelamente, os transportes escolares.

Até ao presente momento, para o ano letivo 2019/2020, estão inscritos nos transportes escolares 42 alunos, podendo este número sofrer alterações. De salientar que dos 42 alunos acima mencionados, 33 são do Agrupamento de Escolas de Vila Nova da Barquinha e os restantes são da Escola Secundária do Entroncamento, da Escola Artur Gonçalves, Maria Lamas de Torres Novas, da Jácome Ratton de Tomar e de Abrantes.

#### Núcleo de Turismo, Desporto e Tempos Livres

- Escola de Futebol (2019/2020)

Até à presente data estão inscritos, na Escola de Futebol Municipal, 45 alunos, aguardando mais inscrições.

- Aquagym

Até à presente data encontram-se ativos, no complexo Aquagym, um total de 641 utentes.

Estes mesmos utentes encontram-se divididos da seguinte forma:

- Escola de Natação:

Natação: 305 utentes

Bebés: 38 utentes

Hidroginástica: 190 utentes

Fisioterapia em meio aquático: 35 utentes

- Ginásio:

Musculação / Córdio-fitness: 44 utentes

- Livre-Trânsito

Aqua: 2 utentes

Gym: 20 utentes

Gymmatinal: 4 utentes

AquaGym: 3 utentes

- Campo Desportivo de Atalaia

A ocupação deste espaço, no período em referência, foi efetuada da seguinte forma:

- Treinos de futebol da União Desportiva Atalaiense: de segunda a sexta-feira entre as 18h30 e as 22h00;
- Jogos efetuados ao sábado: 06;



- Jogos efetuados ao domingo: 06;
- Treinos da Escola Municipal futebol: sábado das 10h00 às 13h00.

#### Núcleo de Cultura

- Cultura | Eventos | Centro -Integrado de Educação em Ciências – CIEC | Centro de Interpretação Templário Almourol

#### Junho

**16, 23 E 30 DE JUNHO – IOGA NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 10h30 às 11h30.

**16, 23 E 30 DE JUNHO – INSUFLÁVEIS NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 16h00 às 20h00.

#### Julho

**06, 20 E 30 DE JULHO – BARQUINHA SUMMERFIT:** iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha com o objetivo de promover o modo de vida saudável. Nos dias mencionados, no Parque Ribeirinho, foram proporcionadas as seguintes modalidades: Fit Mix, Gap, Funcional, Balance, Jump e Pump. Todas as aulas são ministradas por técnicos credenciados do Centro Municipal de Atividade Física Aquagym.

**07, 14, 21 E 28 E 30 DE JULHO – IOGA NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 10h30 às 11h30.

**07 E 21 DE JULHO – INSUFLÁVEIS NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 16h00 às 20h00.

**DE 13 A 28 DE JULHO – IX EDIÇÃO FESTIVAL DE VERÃO ZÊZEREARTS:** no âmbito da candidatura intermunicipal submetida ao Programa Operacional do Centro (Centro 2020) – Produtos Turísticos Integrados decorreu entre os dias 13 e 28 de julho a IX Edição do Festival de Verão ZêzereArts. De âmbito internacional, este festival de música no património, apresentou durante estes dias vários concertos e performances nos concelhos de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha. As apresentações resultam de uma série de masterclasses e cursos de verão para estudantes profissionais e amadores experientes. O Festival ZêzereArts oferece uma experiência de desenvolvimento de carreira para músicos e um programa de performances para o público local e turistas visitantes.

No que respeita ao concelho de Vila Nova da Barquinha foram apresentados os seguintes espetáculos:

- 18 de julho: Palestra/Recital "Tea with Paganini", Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha. O violinista Jack Glatzer deu vida aos caprichos de Paganini.
- 21 de julho: Recital de música de câmara, Igreja Matriz de Tancos. Concerto com alunos e professores dos cursos de verão ZêzereArts.
- 26 de julho: Concerto no Castelo de Almourol. Com a presença da Orquestra ZêzereArts, André Lacerda – tenor e Nuno Cunha – trompa.

**13 E 14 DE JULHO – CAMINHOS DA ÁGUA:** no âmbito do projeto Caminhos – programação cultural em rede no Médio Tejo, o município de Vila Nova da Barquinha integrou o segundo dos três ciclos previstos para 2019. Contou com a seguinte programação:

- 13 de julho: **Boate - teatro de rua da companhia francesa Cirque Rouages.** "Dois homens em movimento, em equilíbrio ou em queda... em migração. Nas costas, uma caixa de madeira dura, pesada como o passado, vazia como o futuro. Sem palavras, ao ritmo da sua caixa, eles conduzem o seu movimento e seguem o seu caminho com a leveza e a despreocupação dos jovens, cheios de força e de esperança. Os seus corpos falam, desenham a sua jornada, o perigo ameaça, mas o risco é alegre e vitorioso. Eles mudam as suas vidas, desafiam as leis da física e embarcam numa odisseia única." Local de realização: Largo 1.º de Dezembro.
- 14 de julho: **Full Circle – teatro de rua da companhia inglesa Avanti Display.** Full Circle é um espetáculo experiência, em que o público é convidado a participar ativamente na construção de elementos cénicos essenciais ao desenrolar da ação. No início, uma série de ações estranhas intrigam o público e atrai a audiência para um círculo onde se tornam em algo mais do que um grupo de estranhos assistindo a um espetáculo. Passo a passo, o público envolve-se, ganha coragem e a torre cresce... cresce, até um final surpreendente. Local de realização: Largo 1.º de Dezembro.

**DE 12 A 14 DE JULHO – 1.º FESTIVAL DE STREET FOOD:** entre os dias 12 e 14 de julho, na Avenida dos Plátanos, decorreu o primeiro festival de Street Food. A par das carrinhas de comida de rua o evento contou com a seguinte programação musical:

- 12 de julho: Nuno Barroso e Dj Gonçalo;
- 13 de julho: Banda New Look e Dj João Alves.

**13 DE JULHO – MANO A MANO | CICLO DE JAZZ BARQUINHA 2019:** decorreu, no Auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, o segundo de três concertos agendados no âmbito do ciclo de jazz integrado na animação de verão. Mano a Mano é um duo formado pelos manos André Santos e Bruno Santos, dois dos guitarristas mais talentosos do jazz em Portugal.

**19 DE JULHO – PEÇA DE TEATRO “A MORTE CHAMA-SE LAURA”:** peça de teatro produzida pelo Teatro da Liberdade e destinada a maiores de 14 anos. A peça fala sobre quatro jovens que enfrentam a morte quando esta entra num bar. Quatro jovens enfrentam-na e confrontam-se. Bebem um copo. Deparam-se com as suas escolhas: o regresso, a conformidade, a reclusão e a liberdade. Qualquer lógica para escolher – e escolher bem – o que fazer com uma vida que ainda mal começou é subvertida quando o que decidem ser ou não ser é posto em causa de forma tão súbita. São jovens. Nenhum deles sabe o que é morrer. E ainda assim seria justo afirmar que tão-pouco sabem como viver. Local de realização: Auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha.

**26 DE JULHO – “OS MEUS AVÓS VOU MIMAR ATRAVÉS DO PALADAR”:** atividade realizada no âmbito da comemoração do Dia dos Avós. Confeção de biscoitos “beijinhos”. Atividade promovida pelo Centro Integrado de Educação em Ciência e destinada às crianças dos 5 aos 12 anos e avós. Local de realização: Centro Integrado de Educação em Ciências.

#### Agosto

**03 DE AGOSTO – APRESENTAÇÃO DO LIVRO “O DOMÍNIO BLAMIR”:** o autor, Carlos Guia, nasceu em julho de 1990, em Vila Nova da Barquinha. Começou a dedicar-se à escrita criativa desde muito cedo. “O Domínio Blamir” é o primeiro volume da saga “Pedras”, que alia o sedutor mundo da fantasia ao futurismo, às ciências e às tecnologias. No livro, uma história de aventura, ação e fantasia, Michael Clark e o seu grupo lutam, com recurso às misteriosas pedras energéticas, contra o domínio Blamir. Numa época em que se torna impossível habitar na Terra, a N.A.S.A. revela que existe um novo planeta, numa galáxia longínqua, com condições de suporte de vida semelhantes. Parte da população ruma a Nagral-510, numa tentativa de garantir continuidade à vida humana. Tudo parece correr dentro da normalidade quando, após uma expedição, ocorre um assassinato, abrindo portas ao contacto com uma nova forma de vida inteligente. Local da apresentação: auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha.

**03 DE AGOSTO – TIAGO RAMOS QUARTETO | CICLO DE JAZZ BARQUINHA 2019:** decorreu, no Auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, o último dos três concertos agendados no âmbito do ciclo de jazz integrado na animação de verão. A banda é composta por: Tiago Ramos (bateria), Jorge Esperança (guitarra), Nanã Sousa Dias (saxofone tenor) e Ricardo Almeida (baixo).

**04, 11, 18 E 25 E 30 DE AGOSTO – IOGA NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 10h30 às 11h30.

**04 E 18 DE AGOSTO – INSUFLÁVEIS NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 16h00 às 20h00.

#### Setembro

**01, 08, 22, 28 E 29 DE SETEMBRO – IOGA NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 10h30 às 11h30.

**08 E 22 DE SETEMBRO – INSUFLÁVEIS NO PARQUE:** atividade inserida na dinamização de verão do Parque Ribeirinho de Vila Nova da Barquinha. Horário: das 16h00 às 20h00.

**07, 14 E 21 DE SETEMBRO – BARQUINHA SUMMERFIT:** iniciativa da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha com o objetivo de promover o modo de vida saudável. Nos dias mencionados, no Parque Ribeirinho, foram proporcionadas as seguintes modalidades: Bike, Bootcamp, Combat, Core, Hiit e Balance. Todas as aulas são ministradas por técnicos credenciados do Centro Municipal de Atividade Física Aquagym.

**14 DE SETEMBRO – PEÇA DE TEATRO “ESPELHOS E COELHOS”:** peça baseada na história de “Alice no País das Maravilhas”, levada à cena pelo Grupo de Teatro “Espaço Zero - Artes Comunicantes”, de Tomar.

A história de Alice no País das Maravilhas data de 1862, quando Carroll fazia um passeio de barco no rio Tamisa

com Alice Pleasance Liddell (com 10 anos de idade) e as suas duas irmãs. Ele contou a história de uma menina chamada Alice que foi parar a um mundo fantástico depois de ter caído na toca de um coelho.

Sem nenhuma preocupação de efetuar uma representação da obra, recorreremos às recordações que nos ficaram da história. Uma reconstrução de memórias episódicas e fantasiadas que foi ponto de partida para a criação um espetáculo de rua. Também nós nos deixámos cair pela toca do coelho e assistimos ao que pode existir para lá do espelho. Local de realização: Cais da Hidráulica.

**15 DE SETEMBRO – CONCERTO SOLIDÁRIO “AMIGOS DO VIC”:** iniciativa solidária com o cantor Vic James, com organização e participação da banda Arregaita, entre outros músicos convidados. Durante o espetáculo será sorteada a pintura que retrata o cantor, da autoria de Carlos Vicente, trabalho que foi parcialmente pintado ao vivo durante um concerto com artistas do concelho na última edição da Feira do Tejo. Os fundos angariados destinam-se ao músico inglês radicado em Vila Nova da Barquinha há vários anos, atualmente vítima de doença. Local de realização: auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha.

**23 DE SETEMBRO – CONCERTO COM ORQUESTRAS LIGEIRAS DO EXÉRCITO:** concerto inserido nas Comemorações do Dia do Comando das Forças Terrestres e da Brigada de Reação Rápida do Exército Português (sedeado no polígono militar de Tancos, concelho de Vila Nova da Barquinha) com o apoio do Município. Local de realização: Praça da República.

**Para o mês de setembro encontram-se agendadas:**

**29 DE SETEMBRO – GRANDE PRÉMIO TEMPLÁRIO ALMOUROL:** prova de atletismo organizada pelas Juntas de Freguesia de Vila Nova da Barquinha, de Tancos e de Praia do Ribatejo, com o apoio da Associação Desportiva O Mundo da Corrida.

**29 DE SETEMBRO – “DA BROADWAY AOS NOSSOS DIAS”:** concerto musical com Francisco Sasseti, Associação Cantar Nosso, Golegã, e convidados. Local de realização: auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha.

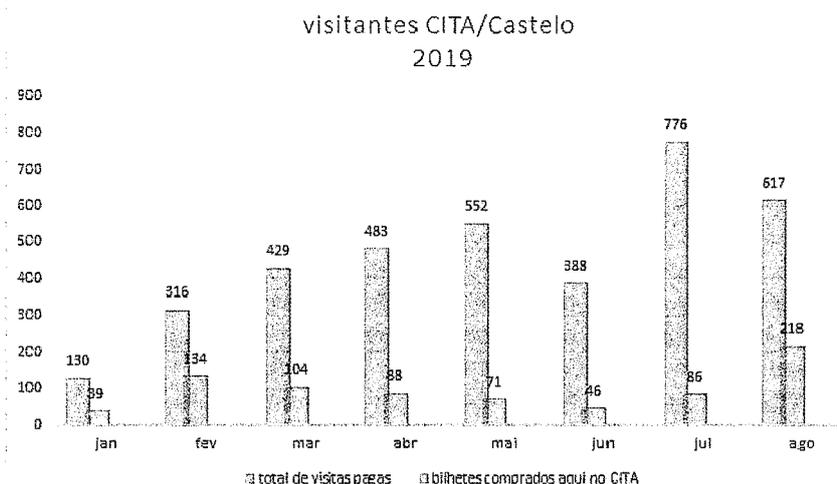
- **Centro de Interpretação Templário Almourol**

O Centro de Interpretação Templário Almourol continua a ser muito procurado e com grande afluência de visitantes, não só do país mas, também, do estrangeiro. Durante os meses de junho, julho e agosto registaram-se o seguinte número de visitantes:

- o junho: 505
- o julho: 934
- o agosto: 681

De salientar que, nos meses de julho e agosto, o Exmo. Senhor Armando Rebelo, jornalista e residente em Tomar, doou cerca de 330 documentos para a Biblioteca-Arquivo Templário de Vila Nova da Barquinha. Este conjunto de obras, das mais variadas áreas do conhecimento e de bastante importância documental, irão contribuir para o enriquecimento do fundo documental da Biblioteca-Arquivo e constituem uma mais valia na disponibilização de informação para os utilizadores.

O Centro de Interpretação Templário Almourol encontra-se em fase de preparação da 3.ª exposição temporária, “Santoral e liturgia templárias à roda do ano”, que irá ser inaugurada no dia 11 de outubro de 2019. Nos dias 11, 12 e 13 de outubro irá decorrer, no auditório do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, a I Conferência Internacional “Ordem do Templo – Cavalaria Espiritual – Templarismo”. Durante estes três dias Vila Nova da Barquinha vai contar com um painel de oradores de renome nacional e internacional que nos vão presentear com comunicações em torno da temática da Ordem do Templo. Contará, ainda, com visitas ao Castelo de Almourol e ao Convento de Cristo.



- **Acompanhamento projetos comunitários**
  - **PEDIME Médio Tejo – Fase 1**

**PONTO DE SITUAÇÃO – VILA NOVA DA BARQUINHA**

| Atividade  | Dinamização                         | Ponto de Situação   |
|--|-------------------------------------|---|
| M2.41 Monitorização das ações de combate ao insucesso escolar  | Município de Vila Nova da Barquinha | Procedimento a concluído. Trabalhos a decorrer.   |
| M3.14 Experimenta + Ciência_Vila Nova da Barquinha (Desenvolvimento de atividades de ensino formal no âmbito das ciências experimentais) | Município de Vila Nova da Barquinha | CIMT - Agrupamento de entidades adjudicantes. Lote Vila Nova da Barquinha adjudicado em novembro de 2018. Equipamento entregue em junho de 2019 |

**Realização de atividades**

**FÉRIAS COM CIÊNCIA**

No contexto do Eixo 3 (Experimenta+Ciência – Programa Intermunicipal de promoção da cultura científica), realizaram-se as “Férias com Ciência” (PEDIME M3.21).

Os seus principais objetivos foram: motivar para a aprendizagem das ciências através da exploração de contextos de educação não-formal, promover a literacia científica desde os primeiros anos de escolaridade e estimular o gosto pela visita a espaços de divulgação cultural.

Esta medida incluiu a participação das crianças entre os 6 e os 11 anos nas atividades desenvolvidas nos Centro de Ciência Viva de Constância, Alviela e CIEC, a decorrer durante a interrupção letiva da Páscoa e durante a primeira quinzena de julho.

- Centro de Ciência Viva do Alviela: dia 17 de abril 2019
- 30 crianças do 1º ciclo
- Centro de Ciência Viva de Constância: dia 4 de julho 2019
- 30 crianças do 1º ciclo
- Centro Integrado de Educação em Ciências: dia 11 de julho 2019
- 30 crianças do 1º ciclo

**CAFÉS COM CIÊNCIA**

No contexto do Eixo 3 (Experimenta+Ciência – Programa Intermunicipal de promoção da cultura científica), realizaram-se os “Cafés com Ciência” (PEDIME M3.21).

Os principais objetivos da medida foram: sensibilizar a Comunidade para a Ciência num ambiente não-formal de educação em ciências, promover a literacia científica da Comunidade e a partilha de ideias e conhecimentos, tendo em conta os objetivos estratégicos do PEDIME – Plano estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo

Esta iniciativa consistiu na realização de sessões temáticas atuais, de interesse local/global, que tenham subjacente conceitos e/ou fenómenos relacionados com a Ciência, a tecnologia e a Sociedade.

A temática foi apresentada sob a forma de uma conversa por especialistas convidados, em contexto informal, simulando-se um ambiente de café.

Os Cafés com Ciência foram dinamizados pelos Centros de Ciência Viva do Médio Tejo decorreram nas instalações da Escola Ciência Viva.

**Café com Pé na Lua**

Dinamizado pelo Centro de Ciência Viva de Constância

Local: ECV

Data: 6 de julho

Horário: 16h00

**Café com Voo**

Dinamizado pelo Centro de Ciência Viva de Alviela

Local: ECV

Data: 20 de julho

Horário: 16h00

o **TRANSPORTE A PEDIDO**

O Transporte a Pedido no Médio Tejo é um projeto inovador no contexto nacional e pretende ser uma referência importante para a divulgação do transporte flexível para eventual replicação em outros locais do país. Surgiu com o objetivo de aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando uma oferta em áreas e/ou períodos do dia onde esta oferta não exista ou é deficitária. Tem circuitos, paragens e horários definidos, contudo as viaturas afetas a este serviço só efetuam os percursos se, antecipadamente, o serviço tiver sido solicitado para a central de reservas.

Estatísticas do Serviço – abril a junho de 2019

| Estatísticas Globais do Serviço – abril 2019     |                  |                      |                  |              |
|--|------------------|----------------------|------------------|--------------|
| % dias com reserva                               | nº pass. Transp. | Km realizados        | Média pass./dia  | Média Km/dia |
| 80%  | 50               | 341                  | 2,5              | 15           |
| Estatísticas Financeiras do Serviço – abril 2019 |                  |                      |                  |              |
| Custos Totais                                    | Proveitos        | Média encargo mensal | Média encargo/Km |              |
| 259,40 €   | 47,50 €          | 211,90 €             | 0,62 €           |              |
| Estatísticas Globais do Serviço – maio 2019      |                  |                      |                  |              |
| % dias com reserva                               | nº pass. Transp. | Km realizados        | Média pass./dia  | Média Km/dia |
| 64%  | 42               | 337                  | 1,9              | 21           |

| Estatísticas Financeiras do Serviço – maio 2019  |                  |                      |                  |              |
|--|------------------|----------------------|------------------|--------------|
| Custos Totais                                    | Proveitos        | Média encargo mensal | Média encargo/Km |              |
| 279,16 €   | 41,00 €          | 238,16 €             | 0,71 €           |              |
| Estatísticas Globais do Serviço – junho 2019     |                  |                      |                  |              |
| % dias com reserva                               | nº pass. Transp. | Km realizados        | Média pass./dia  | Média Km/dia |
| 78%  | 48               | 292                  | 2,7              | 16           |
| Estatísticas Financeiras do Serviço – junho 2019 |                  |                      |                  |              |
| Custos Totais                                    | Proveitos        | Média encargo mensal | Média encargo/Km |              |
| 245,33 €   | 40,00 €          | 205,33 €             | 0,70 €           |              |

Dados disponibilizados por: CIMT

#### Núcleo de Ação Social e Saúde

- Outras Ações:

| Locais de Atendimento                | Nº |
|--------------------------------------|----|
| Ação Social da Autarquia             | 49 |
| Junta de Freguesia Praia do Ribatejo | 5  |
| Junta de Freguesia Atalaia           | 0  |
| Total                                | 54 |

- Rendimento Social de Inserção

O serviço social da Câmara Municipal tem participação no NLI (Núcleo Local de Inserção), no estudo e avaliação de processos e respetivas ações de inserção, não tendo sido realizadas reuniões neste período.

- Loja Social

A Loja Social da Moita do Norte encontra-se aberta à comunidade três dias por semana: terças, quartas e quintas-feitas, das 09h00 às 16h30, com pausa entre as 13h00 e as 14h00.

A Loja da Praia do Ribatejo encontra-se aberta à comunidade à terça-feira, das 9h00 às 17h30 (com pausa entre as 12h30 e as 14h00) e à quarta-feira, entre as 09h30 e as 12h30.

Atualmente são beneficiários de Apoio Alimentar 40 agregados familiares.

- Cantinas Sociais

O Município de Vila Nova da Barquinha em parceria com o ISS e IPSS's, Fundação e Santa Casa estão a apoiar 4 agregados familiares, através das cantinas sociais com um número médio de 8 refeições diárias.

- Reuniões Realizadas

26 de junho: Reunião Projeto Maria – CIMT;

05 de julho: Reunião da Comissão de Parceiros da Loja Social;

29 de agosto: Reunião para a elaboração da Estratégia Local de Habitação (ELH) com TERRISIRGA;

05 de setembro: Reunião para a elaboração da Estratégia Local de Habitação (ELH) com os parceiros locais;

10 de setembro: Reunião do Grupo de Trabalho para a Inclusão Social do Médio Tejo – CIMT;

16 de setembro: Reunião Projeto Maria – CIMT;

20 de setembro: agendado workshop "Questões Legais sobre a Violência Doméstica" – Pólo de Formação CIMT, em Constância;

23 de setembro: agendada reunião de NLI (Núcleo Local de Inserção);

### Outras Informações

- **NO DIA 9 DE JULHO DE 2019**, A Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha e a Fundação Rotária Portuguesa renovaram o Protocolo para atribuição de uma Bolsa de Estudo do ensino superior, celebrado em junho de 2018 através do Rotary Clube de Entroncamento.
- **NO DIA 27 DE JULHO DE 2019**, estive presente na sessão de abertura do XVI Campeonato de Pára-quedismo da União Europeia de Pára-quedistas, na Modalidade de Precisão de Aterragem, esta prova é a maior da Europa e contou com o pára-quedistas distribuídos por 10 equipas, oriundas de 8 países (Portugal, Espanha, França, Alemanha, Itália, Polónia, Chipre e Bulgária), a organização teve a cabo do Pára Clube Nacional "Os Boínas Verdes" (sediado em Vila Nova da Barquinha), União Portuguesa de Pára-quedistas e Federação Portuguesa de Pára-quedismo, contando com o apoio do Município de Vila Nova da Barquinha e do Exército Português.
- **NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2019**, iniciaram-se os trabalhos de colocação da sinalização do Caminho de Santiago, no concelho de Vila Nova da Barquinha. O troço, que registou um aumento anual de peregrinos, tem início no Pedregoso e termina na ribeira de Tancos, junto ao Ecocentro, no limite do norte do concelho. A intervenção está a ser desenvolvida no âmbito do protocolo assinado entre o Turismo Centro de Portugal e a Associação de Peregrinos Via Lusitana, que visa a colocação de sinalética na totalidade do troço do Caminho de Santiago que atravessa a região Centro.
- **NO DIA 9 DE SETEMBRO DE 2019**, presidi à reunião do conselho municipal de educação que teve a seguinte ordem trabalhos:
  - Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Educação
  - Discussão e votação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei n.21/2019, de 30 de janeiro;
  - Apresentação do Plano de Transportes Escolares (provisório) para o ano letivo 2019-2020;
  - Informações sobre abertura do ano letivo 2019-2020;
  - Outros Assuntos;
- **NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019**, recebi no edifício dos Paços do Concelho de Vila Nova da Barquinha, Mara Ribeiro Duarte, Governadora do Distrito Rotário 1960, tendo sido acompanhada por elementos do Rotary Club do Entroncamento. A Governadora deixou no Livro de Honra de Município uma mensagem de agradecimento à Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido. De seguida visitou a exposição "Projeto ARTEJO" patente ao público até ao próximo dia 15 de setembro na Galeria do Parque e o novo Centro de Interpretação Templário Almourol.

### PROJETOS COM APOIOS COMUNITÁRIOS:

| Código Concurso            | Designação da Operação  | Estado                            |
|----------------------------|---|-----------------------------------|
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Praça da República e Rua Pedro Álvares Cabral   | Aprovado e em execução            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Plano Estratégico Educativo e Revisão da Carta Educativa; Introdução de metodologias e ambientes inovadores de aprendizagem; Projeto trampolim - atividades de integração e educação parental; | Aprovado e em execução            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Programa de Ação para os Produtos Turísticos Integrados – Médio Tejo (Programação de animação do património Festival Zêzere Arts Almourol)  | Aprovado e em execução            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Rotas e Percursos no Médio Tejo   | Aprovado, em fase de expropriação |
| POSEUR<br>Portugal 2020    | Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas das Madeiras  | Aprovado e em execução            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Médio Tejo - Projeto Caminhos   | Aprovado e em execução            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Médio Tejo Online 2020 e Médio Tejo - Desenvolvimento Territorial Estratégico - 1ª Fase - Projeto conjunto com CIMT   | Concluído                         |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Ninho de Empresas   | Aprovado em execução              |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Valorização do Castelo de Almourol  | Aprovado                          |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020 | Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Piscina Municipal - Município Vila Nova da Barquinha   | Candidatado                       |

Gabinete de Apoio à Presidência

|                                  |   |                                 |
|----------------------------------|---|---------------------------------|
| PO CENTRO<br>Portugal 2020       | Adaptação / Remodelação da Escola EB1 de VNB a JI   | Aprovado e em fase de conclusão |
| VALORIZAR<br>Turismo de Portugal | #Barquinhatemrede (Acesso Wifi gratuito na Igreja da Atalaia, Centro histórico da Barquinha, baixa e igreja de Tancos e Almourol)   | Concluído                       |
| VALORIZAR<br>Turismo de Portugal | Centro de Interpretação Templário - Almourol  | Aprovado em execução            |
| PDR2020                          | Medidas de Estabilização pós incendio na freguesia da Praia do Ribatejo   | Em fase de conclusão            |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020       | Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação | Candidatado                     |
| PO CENTRO<br>Portugal 2020       | Valorização da Igreja Matriz de Atalaia   | Candidatado                     |
| VALORIZAR<br>Turismo de Portugal | Rota dos Templários Vila Nova da Barquinha  | Candidatado                     |

O Presidente da Câmara,



Fernando Santos Freire

# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

## ***Declaração de Voto – A. Municipal 27 de Setembro/2019***

Como é conhecimento de todos, a actual Lei das Finanças Locais veio reduzir a participação dos municípios nas receitas do Estado, em sede de IRS, IRC e IVA, e por outro lado os Orçamentos de Estado não têm cumprido com a Lei das Finanças Locais, ficando as receitas sempre aquém do previsto, a que acresce uma série de despesas complementares que os municípios têm de suportar, que retiram capacidade financeira para obras e prestação de serviços de qualidade.

Em relação a matéria de impostos e taxas, a CDU sempre defendeu que a justiça social deve fazer-se na repartição, e não na tributação.

Para nós mais lógico e coerente - seria por exemplo - **diminuir o IMI porque desagrada os custos com habitação às famílias**, o que nos parece mais assertivo, do que as supostas “benesses” previstas na Lei.

É nosso entendimento, que **não é o número de filhos que define a condição financeira dos contribuintes**, isso deve ser visto em sede de IRS e com a restituição dos abonos de família e benefícios fiscais de forma justa, porque há famílias numerosas com casa própria e famílias numerosas sem casa própria, estamos a tratar das famílias numerosas de forma diferente e a criar injustiças.

Além disto, **se há folga para reduzir IMI**, essa folga deve ser aplicada na redução da taxa de IMI para todos.

A aplicação da dedução é um benefício selectivo criado pelo Governo PSD/CDS, mas quem o suporta são os municípios das suas receitas.

A Lei das Finanças Locais atribui também, aos municípios uma **participação variável no IRS cobrado pelo Estado**. Não concordamos que o desagravamento do IRS seja feito de forma desigual de concelho para concelho, cegamente quanto às fontes de rendimentos, ao sabor das necessidades financeiras e da vontade política de circunstância. Tratando-se de um **imposto nacional, devem os contribuintes ser tratados de forma igual**. Mas com esta medida o Governo - que tinha os meios financeiros necessários para resolver os problemas colectivos das populações locais - demitiu-se de assumir as suas responsabilidades.

Relativamente à **Derrama** a CDU tem afirmado que os grandes pagadores, deste imposto, bancos, grandes superfícies comerciais, grandes industrias devem contribuir para o desenvolvimento local. Aliás, em alguns concelhos em tempos esse imposto, serviu para ajudar a resolver alguns problemas estratégicos. Contudo, tendo em conta, a situação de fragilidade económica, das micro e pequenas empresas sediadas no nosso concelho, é

compreensível, a isenção da derrama para aquelas que não tenham atingido um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€, conforme estipula a Lei.

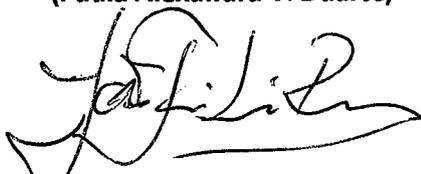
Além disto, a lei atribui também aos municípios uma participação variável no IRS cobrado pelo estado. A CDU defende o desagravamento da carga fiscal nos rendimentos de trabalho, mas não concordamos que o desagravamento, seja feito de forma desigual de concelho para concelho, segundo a vontade de cada autarquia. Tratando-se de um imposto nacional, devem todos os contribuintes ser tratados de forma igual. Até porque, não devem ser as autarquias a pagar uma medida (criada pelo Governo) com os meios financeiros necessários para resolver os problemas das populações.”

**CONCLUINDO:** Diremos que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade urgente, que o Governo e a Assembleia de Republica devem dar resposta, e pelo qual a CDU lutará no plano institucional e político, pela sua concretização.

**Os Eleitos da CDU:**



**(Paula Alexandra V. Duarte)**



**(João Filipe S. Ricardo)**

**Declaração de Voto: referente aos pontos 7, 8, 9, 10 e 11 da Ordem de Trabalhos.**

**V. N .Barquinha, 27/09/19**

